



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

ANEXO 3 – MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº /2013 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO
DO RIO DE JANEIRO, PELA
SUBSECRETARIA MILITAR DA
CASA CIVIL E A EMPRESA**

.....

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Subsecretaria Militar da Casa Civil, doravante denominado **CONTRATANTE**, CNPJ nº 16, representada neste ato por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA – SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, Identidade Funcional nº 3.221.305 – 0 e a empresa, situada à

....., inscrita no CNPJ sob o número, daqui por diante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por, identidade nº, expedida pela, CPF nº....., resolvem assinar o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento no processo administrativo nº **E-13/001/516/2013**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.091, de 27 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Decreto Estadual nº 41.203, de 03 de março de 2008, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011,



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº **007/2013**, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CAFÉ E BEBIDAS QUENTES, COM CONSUMO ESTIMADO EM 4.050 (QUATRO MIL E CINQUENTA) DOSES MÊS, COM FORNECIMENTO INICIAL DE 03 (TRÊS) MÁQUINAS AUTOMÁTICAS “SELF SERVICE”, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO, ABASTECIMENTO (DE INSUMOS) E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, a fim de atender as necessidades desta Subsecretaria Militar da Casa Civil, conforme as especificações constantes do Termo de Referência (**ANEXO 1**) e da Proposta Detalhe (**ANEXO 2**) do **Pregão Eletrônico nº 007/2013**, que passam a integrar o presente instrumento para todos os efeitos, cumprindo-lhe observar integralmente as normas ali contidas e a legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.E.R.J.

Parágrafo Único – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- 1) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- 2) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato;
- 3) Exercer a fiscalização do contrato;
- 4) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas;
- 5) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços, dentro das normas estabelecidas neste contrato, não permitindo que terceiros interfiram na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 1) Conduzir os serviços de acordo com as normas de serviços e com estrita observância do Pregão Eletrônico nº 007/2013, de acordo com o especificado e quantificado no Edital, Proposta Detalhe e Termo de Referência, que passam a integrar o presente contrato e da legislação vigente;
- 2) Prestar os serviços nos endereços constantes da Proposta Detalhe;
- 3) Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 4) Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação;



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

- 5) Prestar, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- 6) Responder pelos serviços que executar, na forma do Pregão Eletrônico nº 007/2013 e da legislação aplicável;
- 7) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 8) Fornecer os equipamentos e produtos necessários para a perfeita execução dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes nos locais constantes da Proposta Detalhe;
- 9) Executar diretamente os serviços contratados;
- 10) Não serão admitidas alegações ou transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações não autorizadas pelo **CONTRATANTE**;
- 11) Comprovar, na entrega dos equipamentos, que os mesmos são novos, mediante nota fiscal ou guia de importação;
- 12) Executar a manutenção dos equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pela substituição de peças necessárias para a manutenção de seu pleno funcionamento;
- 13) Realizar limpeza diária nos equipamentos disponibilizados ao **CONTRATANTE**;
- 14) Realizar teste de cloro na saída dos filtros de seis em seis meses na instalação das máquinas em rede hidráulica;
- 15) Submeter, para fins de aprovação pela fiscalização da **CONTRATANTE**, amostras dos insumos a serem utilizados para a preparação das bebidas quentes, não empregando aqueles desaprovados sob pena de glosa em fatura;



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

- 16)** Efetuar a reposição das quantidades consumidas dos produtos das máquinas, mantendo-as sempre abastecidas, sob pena de aplicação de multa, conforme disposto no Art. 86 da Lei 8.666;
- 17)** Fornecer equipamentos adequados a seus funcionários para manutenção das máquinas nas dependências onde se encontram;
- 18)** Efetuar desinsetização periódica das máquinas em período não superior a **06 meses**;
- 19)** Apresentar, no fornecimento dos produtos, data de fabricação, procedência e carimbo do órgão que regulamenta a qualidade dos mesmos;
- 20)** Substituir os equipamentos, quando apresentarem defeitos, em até **48 horas**, devendo haver autorização formal da **CONTRATANTE** para a retirada;
- 21)** Oferecer todos os equipamentos com o mesmo “design” e especificações, conforme apresentado na proposta e aprovado pela fiscalização da **CONTRATANTE**, que serão instalados nos locais especificados neste termo de referência;
- 22)** Fornecer os “displays” a serem fixados nos equipamentos, bem como elaborar avisos e instruções aos usuários, devidamente aprovados pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**;
- 23)** Atender os chamados de serviços técnicos de manutenção em um prazo máximo de **06 horas** no horário normal de expediente comercial, contados a partir do momento do registro da solicitação;
- 24)** Responsabilizar-se, diretamente ou por intermédio de terceiros credenciados, sem qualquer ônus para a Administração Pública, sobre os serviços técnicos de manutenção e reparo dos equipamentos, substituindo, também por sua conta, todas as peças que se fizerem necessárias, desde que não se caracterize a utilização indevida;



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

- 25)** Utilizar nos equipamentos, quando necessária a substituição, partes e peças originais, adequadas, novas ou, quando não, que mantenham as especificações técnicas do fabricante;
- 26)** Substituir o equipamento que apresentar defeitos que não sejam passíveis de reparação pela assistência técnica da empresa **CONTRATADA** e que impossibilitem seu uso regular pelo Órgão.
- 27)** A **CONTRATADA** deverá oferecer suporte e assistência técnica de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas (exceto feriados), devendo atender as chamadas para atendimento técnico à Superintendência de Orçamento e Finanças em – no máximo – 6 (seis) horas úteis. Entende-se por horas úteis o período compreendido entre as 08:00 e as 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;
- 28)** Caso algum dos equipamentos necessite de manutenção fora das dependências do expediente administrativo, a **CONTRATADA** deverá substituí-lo imediatamente por outro de mesma capacidade, até o retorno do equipamento retirado para manutenção, sob pena de redução proporcional no pagamento a ser efetuado em relação aos serviços contratados;
- 29)** Refazer, às suas expensas, todo e quaisquer trabalhos determinados como ineficientes ou insuficientes, pela fiscalização da **CONTRATANTE**;
- 30)** Reparar e/ou ressarcir, por qualquer dano ou estrago causado por seus empregados, a materiais e equipamentos de propriedade da **CONTRATANTE** e/ou terceiros;
- 31)** Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;
- 32)** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da **CONTRATANTE**;



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

- 33)**Substituir, imediatamente, a pedido da **CONTRATANTE**, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados;
- 34)**Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mediante a não fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;
- 35)**Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração seja de que natureza for, desde que praticada por seus empregados no recinto da **CONTRATANTE**;
- 36)**Assumir todas as responsabilidades pelos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, nas dependências da **CONTRATANTE**, durante os serviços de abastecimento e/ou manutenção dos equipamentos;
- 37)**Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios;
- 38)**Comunicar, previamente, a eventual necessidade de substituição de material e/ou equipamento especificado, com a devida justificativa, cuja reposição deverá ser aprovada pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, cessando sua remessa e/ou substituição tão logo normalize a causa impeditiva;
- 39)**Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências da **CONTRATANTE**;
- 40)**Dispor de mão-de-obra especializada e treinada para a execução dos serviços contratados.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de 2013, assim classificada:

Natureza das Despesas: 3390.39.03

Programa de Trabalho: 2106.06.122.0002.2016

Fonte de Recurso: 00

Parágrafo Único – As despesas relativas ao exercício subsequente correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato é dado o valor total estimado de R\$
.....

Parágrafo Único – A Subsecretaria Militar da Casa Civil não se obriga a utilizar integralmente os valores constantes do caput deste artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2013 e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Parágrafo Primeiro - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como Gestor de Contrato, com atribuição específica, designado por Ato do Subsecretário Militar da Casa Civil, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 6º do Decreto nº 2.271/97.

Parágrafo Segundo – Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - O representante do **CONTRATANTE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias para ratificação.

Parágrafo Quarto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhes todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, prova de que:

- a) Está pagando os salários de seus empregados, incluídas as horas extras e outras vergas que em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Estar em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação de seus empregados;
- c) Anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados; e,
- d) Encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Quarto – A ausência de apresentação dos documentos mencionados no **PARÁGRAFO SEGUNDO** e **TERCEIRO** ensejará a retenção do valor do pagamento da(s) parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 83.520,00 (oitenta e três mil, quinhentos e vinte reais) em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais), sendo efetuado mensal e sucessiva, diretamente na conta corrente nº 1302-1, agência nº 2861-4, de titularidade da **CONTRATADA**, no Banco BRADESCO (237), instituição financeira **CONTRATADA** pelo Estado.

Parágrafo Primeiro – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência do Banco BRADESCO, o pagamento poderá ser efetuado mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais, serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo – O pagamento das parcelas do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo como disposto no parágrafo segundo da cláusula oitava.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento, à Superintendência de Orçamento e Finanças, sito à Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara – Laranjeiras – Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato, de onde após atestada, a mesma será remetida para Superintendência de Orçamento e Finanças.

Parágrafo Quarto – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Parágrafo Quinto – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias prosseguirá contar da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sexto – A **CONTRATADA** deverá apresentar fatura comercial em três vias, acompanhada da nota fiscal, que terá como parâmetro o valor da moeda correspondente e a data de sua emissão.

Parágrafo Sétimo – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação, com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

Parágrafo Oitavo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo Nono - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os art. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

Parágrafo Primeiro – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Segundo – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Parágrafo Terceiro – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Quarto – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

Parágrafo Quinto – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

Parágrafo Sexto – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo – Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da **CONTRATADA** que participaram da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Segundo - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E
DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Primeiro – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**, observada a regra prevista no parágrafo sexto.

Parágrafo Segundo – A sanção prevista na alínea "b" desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente à outra.

Parágrafo Terceiro – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Quarto – A multa administrativa prevista na alínea "b" não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a **CONTRATADA** por perdas e danos das infrações cometidas.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Parágrafo Quinto – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo Sexto – A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Exmo. Governador do Estado, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Sétimo – O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observando o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Oitavo - Será remetida à Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalidade no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Parágrafo Único - Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor do litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Primeiro – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo Segundo – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Parágrafo Terceiro - Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-
CONTRATADA perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Único – A suspensão do contrato, a que se refere o art 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Único – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº E-13/001/516/13
DATA: 16/05/13 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, de de 2013.

Pela CONTRATANTE:

PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Pela CONTRATADA:

Testemunha:

Testemunha: